

DIAGNÓSTICO SITUACIONAL SOBRE A CULTURA DE ATIBAIA. ONDE ESTAMOS?

O município de Atibaia: história, dados e informações

A história da fundação de Atibaia não se difere de muitas histórias de fundações de cidades pelo mundo: local de parada e descanso em rotas comerciais, contudo, há duas narrativas históricas sobre a fundação da cidade: uma oficial e outra construída por memorialistas e historiadores da cidade. A história do município de Atibaia está diretamente ligada à atuação dos [bandeirantes](#), desbravadores de terras virgens que lideravam pequenas comitivas exploradoras, em busca de índios e pedras preciosas. Partindo, em sua maioria, de São Paulo, o destino preferido era [Minas Gerais](#) e seus tesouros. Como a viagem era longa e árdua, exigia muitas paradas para descanso e reabastecimento. A primeira delas, ainda nas proximidades de São Paulo, ficava numa colina banhada por um rio, que os índios chamavam de *tubaia* ou *atubaia* (em língua indígena: "água agradável ao paladar").

Logo, um dos bandeirantes, exímio conhecedor da região e descendente de uma das mais conhecidas famílias da vila de São Paulo, [Jerônimo de Camargo](#) fixou-se no local, fundando uma fazenda de gado e construindo uma pequena capela sob a invocação de [São João Batista](#), inaugurada no dia 24 de junho de 1665, data que marcou a fundação do município. Vindo do sertão com um grupo de índios guarus [catequizados](#), por ordem da Câmara Municipal de São Paulo, o padre [Mateus Nunes de Siqueira](#) instalou-os ao lado do sítio de [São João Batista](#).

Nesse momento, o local fixou-se como parada obrigatória para quem seguia em direção a Minas Gerais e o povoado começou a desenvolver-se lentamente. A capela passou a ser capela curada (ter padre próprio) em 1679. Em 1687, recebeu a visita do Padre Providencial, que celebrou missa na igreja.

Jerônimo de Camargo faleceu em [Jundiá](#), no início de 1707, porém seu trabalho teve sequência por meio de seus descendentes nas fazendas de gado, inclusive em relação à luta pela emancipação do vilarejo. Quarenta anos depois, por alvará de 13 de agosto de 1747, a aldeia tornou-se "freguesia" e assim nasceu o distrito de São João de Tybhaia (conforme a grafia da época).

Pouco mais de duas décadas mais tarde, a corte portuguesa elevou o distrito de Tibaia à categoria de [vila](#) e município, por portaria de 27 de junho de 1769. No ano seguinte, foi instalada a primeira [Câmara Municipal](#), com grandes solenidades no levantamento do [pelourinho](#). Independente e com administração própria, a vila progrediu rapidamente. De fato, em pouco tempo tornou-se uma espécie de celeiro da capital paulista, graças ao grande desenvolvimento da pecuária e da cultura de cereais, principalmente de trigo.

Pela Lei Provincial 26, em 22 de abril de 1864, recebeu o título de município. Em 20 de dezembro de 1905, pela Lei Estadual 675, o município de São João de Atibaia passou a denominar-se apenas Atibaia.

Uma sequência de grandes melhorias — como a instalação de redes de água, esgoto e luz elétrica, as inaugurações do Grupo Escolar José Alvim e do Hotel Municipal, a criação da primeira indústria têxtil, o alargamento das ruas, o ajardinamento das praças — vieram com a proclamação da [república](#), com o início de uma fase de grande desenvolvimento de Atibaia, que mudaram significativamente o perfil da pobre vila de São João do Atibaia e deram origem à Atibaia que conhecemos hoje.

Essa história contada acima é a história oficial da cidade, um tanto quanto linear e organizada, contudo, há estudos que contam que a formação do município não foi tão linear assim. Falar na história de Atibaia sob a crença de sua fundação atrelada à briga entre as famílias Pires e Camargo, nos leva, necessariamente, a uma viagem no tempo, remontando cenas e datas remotas que marcaram a Vila de São Paulo em meados do século XVII

A expulsão dos jesuítas do Colégio São Paulo em 1640 foi o início de uma disputa de poder, manchada de ódio e sangue, entre membros dos Pires e Camargo. Os primeiros, defensores dos jesuítas; os outros, conhecidos (e temidos) como os “caçadores de bugres” — prática comum na época que consistia na captura de índios para a escravização.

Um ano depois, o líder do partido dos Pires, Pedro Taques, foi assassinado por Fernão de Camargo, seu rival, que tem como irmão, Jerônimo de Camargo. Ocupando o cargo de juiz Ordinário de São Paulo em 1652, como integrante de uma câmara dominada pela família, Jerônimo foi acusado de fraude nas eleições, apresentando um recurso ao Ouvidor Geral, expondo a denúncia. Nesse mesmo ano, Leonor de Camargo Cabral,

esposa de Jerônimo, foi assassinada por Alberto Pires. Segundo os estudiosos, Pires tinha como objetivo vingar a morte de Pedro Taques.

E foi a partir daí que as vindas de Jerônimo de Camargo para Atibaia foram registradas com significativa frequência nas atas da Vila de São Paulo. No ano seguinte à morte de sua esposa e ao saber da chegada do ouvidor geral da repartição sul, João Velho Azevedo – que viaja com a intenção de estabilizar o quadro político da vila – Jerônimo ausenta-se para lugar ignorado levando consigo as chaves do Paço. Na ausência do então ouvidor, convoca-se, entre arrombamentos das portas do Paço Municipal, novas eleições. Vencem os Pires, retornam os jesuítas ao Colégio São Paulo.

Desde então até os anos de 1660, o bandeirante faz várias entradas pelos sertões atibaianos acompanhando pelo outro irmão, Marcelino de Camargo. Nas margens do rio Atibaia é instalada a fazenda dos Pires e construída a capela dedicada ao padroeiro da cidade, São João Batista, em 1654.

Formação Administrativa

Distrito criado com a denominação de São João Batista de Atibaia, por Alvará de 13-08-1747, no município de São Paulo. Elevado à categoria vila com a denominação de São João Batista de Atibaia, por Ordem de 27-06-1769, desmembrado da antiga Vila de São Paulo. Sede na antiga povoação de São João Batista de Atibaia. Constituído do distrito sede. Instalado em 05-11-1769. Pela Lei Provincial n.º 3, de 05-02-1842, é criado o distrito de Campo Largo e anexado a vila de São João Batista de Atibaia. Elevado à condição de cidade com a denominação de São João Batista de Atibaia, pela Lei Provincial n.º 26, de 22-04-1864. Pela Lei Estadual n.º 975, de 20-12-1905, São João Batista de Atibaia tomou o nome de Atibaia. Pela Lei Estadual n.º 1.257, de 29-09-1911, o distrito de Campo Largo tomou o nome de Jarinu. Em divisão administrativa referente ao ano de 1911, o município de Atibaia é constituído de 2 distritos: Atibaia e Jarinu. Assim permanecendo em divisões territoriais datadas de 31-XII-1936 e 31-XII-1937. Pela Lei Estadual n.º 233, de 24-12-1948, é desmembrado do município de Atibaia, o distrito de Jarinu. Elevado à categoria de município. Em divisão territorial datada de 1-VII-1960, o município é constituído do distrito sede. Assim permanecendo em divisão territorial datada de 2009.

Dados geográficos

O último Censo do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas) nos mostra que a população total de Atibaia era de 126.603 em 2010, sendo que desse total 62.211 eram homens e 70.392 era mulheres. A estimativa é que a população de Atibaia cresceu nestes últimos 10 anos, podendo chegar em 2020 em 144.088. A religião predominante entre os moradores é a católica (79.406 pessoas) e cerca de 80% da população vive na área urbana.

Com uma população muito jovem – cerca de 70.000 pessoas possuem entre 10 e 39 anos – Atibaia é uma cidade rica, porém muito desigual.

Em 2018¹ o salário médio mensal no município era de 2.8 salários mínimos. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 32,4%. Na comparação com os outros municípios do estado, ocupava as posições 97 de 645 e 101 de 645, respectivamente. Já na comparação com cidades do país todo, ficava na posição 299 de 5570 e 370 de 5570, respectivamente. Considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, tinha 29.6% da população nessas condições, o que o colocava na posição 435 de 645 dentre as cidades do estado e na posição 4751 de 5570 dentre as cidades do Brasil. Ou seja, a concentração e a distribuição de renda são uma característica da cidade, sendo que cerca de 30% da população sobrevive com até meio salário mínimo por mês.

Essa desigualdade e concentração de renda também é percebida pelo PIB (Produto Interno Bruto) do município, com R\$44.119,90 per capita, ficando entre os 500 maiores PIBs do país (474 lugar) e em 105º no estado de São Paulo.

Quanto à educação os dados podem nos parecer bons quando olhamos, já que a taxa de escolarização no município chega a 97,3%, contudo, quando comparamos esse número com outras cidades do estado de São Paulo percebemos que está em 482, dentro de uma realidade de 645 municípios. Na micro região de Campinas, à qual pertence, está em 7º lugar dentro das 11 cidades. Já no país ocupa 3.221 posição, num universo de 5.570 municípios. A cidade possui 66 escolas de ensino fundamental, 27 escolas de ensino médio e 1.007 docentes.

¹ Todos os dados desta seção foram retirados do site do IBGE com informações sobre Atibaia. <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/atibaia/panorama>

Atibaia apresenta 80.8% de domicílios com esgotamento sanitário adequado. É uma cidade arborizada, sendo que 67% de domicílios urbanos em vias públicas com arborização e 33.7% de domicílios urbanos em vias públicas com urbanização adequada (presença de bueiro, calçada, pavimentação e meio-fio). A área territorial total da cidade é de 478,521km²

A Cultura na gestão pública de Atibaia²

A primeira menção a um órgão gestor de cultura no município foi encontrada consta no ano de 1990, com a criação do Departamento de Cultura como parte da Secretaria de Educação e Cultura. A Secretaria foi instituída por meio da Lei nº2398 de 25 de junho de 1990, sancionada pelo Prefeito da época Dr. José Aparecido Ferreira Franco. LEI Nº 2398 DE 25 DE JUNHO DE 1990.

Atualmente a Secretaria de Cultura de Atibaia tem a seguinte estrutura organizacional, aprovada por lei complementar nº 799 de 22 de março de 2019.

Art. 13 A Secretaria de Cultura será composta por:

I - Unidades de Assessoramento:

- a) Assessoria da Secretaria de Cultura;
- b) Chefia de Gabinete da Secretaria.

II - Unidades de Direção:

- a) Departamento Administrativo da Secretaria de Cultura;
- b) Departamento de Cultura;
- c) Departamento de Eventos;
- d) Departamento de Infraestrutura da Cultura.

III - Unidades de Chefia:

- a) Divisão Administrativa da Secretaria de Cultura;
- b) Divisão de Folclore e Cultura Popular;
- c) Divisão de Artes;
- d) Divisão de Fanfarras e Bandas;
- e) Divisão de Administração e Atendimento de Eventos;
- f) Divisão de Projetos e Infraestrutura de Eventos;
- g) Divisão de Gestão de Equipamentos da Cultura. (Redação dada pela Lei Complementar nº 803/2019)

Sobre a infraestrutura da Secretaria de Cultura, possui computadores e telefones em funcionamento com acesso à banda larga, porém não possui um site específico, utilizando o serviço geral da administração pública do município. Além disso, o

² Os Dados desta Seção foram retirados da MUNIC suplemento especial da cultura <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/atibaia/pesquisa/10085/73042>

município não possui sistemas informatizados para gerenciar a política de cultura. Em 2014, ano da coleta de dados da MUNIC/ESTADIC pelo IBGE, foram declarados 39 funcionários públicos à serviço da Secretaria de Cultura de Atibaia, sendo que a gestão pública não oferecia capacitação para estes servidores.

O município possui conselho de cultura o COMPOCAT (Conselho Municipal de Política Cultural de Atibaia) criado a partir de um Lei Complementar nº798 de 19 de março de 2019, revogando as leis anteriores³ e instituindo um Conselho com 12 (doze) membros, sendo 06 (seis) nomeados pelo Poder Público para representá-los e 06 (seis) membros da sociedade civil, organizado em setores culturais, com respectivos suplentes. Os membros deste Conselho foram nomeados pelo Decreto nº8931 de 04 de setembro de 2019, sancionado pelo Prefeito Saulo Pedroso de Souza e pela Secretária de Cultura Roberta Engler Barsotti de Souza. O atual conselho segue as diretrizes do Sistema Nacional de Cultura, na qual sua composição é paritária e sua natureza é deliberativa, atuando também como fiscalizador das ações da Secretaria de Cultura, realizando o controle social.

A política cultural do município é financiada através de orçamento público. Abaixo podemos verificar a evolução deste orçamento nos últimos 10 anos:

2010

Receita total: 247.950.000,00
Receita para cultura: 4.085.100,00
Percentual destinado à cultura: 1,8%

2011

Receita total: 273.413.000,00
Receita para cultura: 3.404.400,00
Percentual destinado à cultura: 1,4%

2012

Receita total: 321.217.300,00
Receita para cultura: 3.907.800,00
Percentual destinado à cultura: 1,3%

2013

Receita total: 310.300.000,00
Receita para cultura: 3.857.570,00
Percentual destinado à cultura: 1,2%

2014

Receita total: 362.000.000,00
Receita para cultura: 4.813.100,00
Percentual destinado à cultura: 1,3%

³ Existem registros da existência do primeiro conselho de cultura de Atibaia em 1999 com a criação de um conselho do Patrimônio de Atibaia. Ao longo dos anos esse conselho foi reformulado diversas vezes, inclusive sendo extinta a função exclusiva para o patrimônio, passando por períodos deliberativos, consultivos e de predominância do poder público em sua composição.

2015

Receita total: 444.000.000,00
Receita para cultura: 6.335.060,00
Percentual destinado à cultura: 1,4%

2016

Receita total: 476.400.000,00
Receita para cultura: 7.929.700,00
Percentual destinado à cultura: 1,7%

2017

Receita total: 473.000.000,00
Receita para cultura: 6.763.900,00
Percentual destinado à cultura: 1,4%

2018

Receita total: 542.096.100,00
Receita para cultura: 7.736.100,00
Percentual destinado à cultura: 1,4%

2019

Receita total: 612.300.000,00
Receita para cultura: 7.520.300,00
Percentual destinado à cultura: 1,2%

2020

Receita total: 588.500.000,00
Receita para cultura: 7.878.400,00
Percentual destinado à cultura: 1,3%

p.s.: os anos se referem ao ano de exercício da LOA, e não a data de sua publicação.

Existem ainda 2 mecanismos para o financiamento das políticas culturais de Atibaia. A lei ordinária 4648/2018 que trata sobre o Programa de Fomento à Cultura que, entre outras ações, garante um mecanismo de alimentação ao Fundo de Cultura através da destinação de uma porcentagem (entre 1% e 2%) do ISS (imposto sobre serviço) da cidade para o fundo.

O Fundo de Cultura existe desde 2011, contudo, através da lei nº 4649 de 17 de dezembro de 2018, o Fundo Municipal de Cultura foi remodelado a fim de atender a inserção do município ao Sistema Nacional de Cultura (SNC).

PATRIMÔNIO HISTÓRICO DO MUNICÍPIO⁴**ARQUITETURA RELIGIOSA**

⁴ Iphan (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) e Condephaat (Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico do Estado de São Paulo)

Igreja São João Batista: séc. XVII. Originária da capela erguida por Jerônimo de Camargo, em 1665. Primeira ampliação em 1698 e a grande e decisiva reforma em 1865.

Igreja Nossa Senhora do Rosário: séc. XVIII. Também conhecida como Igreja de Nossa Senhora do Rosário de Todos os Pretos. Construída por escravos, passou por amplas reformas em 1872, 1914 e 1953.

Capela Nossa Senhora Aparecida séc XVIII. Berço da Congada.

Capela da Fazenda Pararanga séc. XX. Afrescos de São Francisco de Assis, de Vitor Brecheret.

ARQUITETURA CIVIL

Casarão Júlia Ferraz: (Centro) A construção data de 1776, feita em taipa de pilão. Tombado pelo CONDEPHAAT. O primeiro documento localizado sobre o imóvel, datado de 1834, refere-se à venda da casa, ainda térrea, a Francisco Lourenço Cintra que, logo depois, a transferiu a seu irmão, coronel Manoel Jorge Ferraz. Em 1845 o novo proprietário reformou a casa, transformando-a em sobrado. As obras ficaram a cargo de Manoel Joaquim Franco, conhecido sob a alcunha de Maneco Marceneiro. A residência que abrigou por muitos anos a sua neta, Júlia Ferraz, foi construída em taipa de pilão, no pavimento térreo, e, no superior, em frontal tecido duplo, técnica não muito usual. Em 1903, a propósito de modernização, foi reformada exibindo, a partir de então, entre outras alterações, uma platibanda, em substituição aos seus longos beirais.

Resolução de Tombamento: Resolução de 07/02/1975

Livro do Tombo Histórico: inscrição nº 92, p. 11, 17/02/1975

Publicação no Diário Oficial do Estado: Poder Executivo, 08/10/75, pg.36

Museu Municipal João Batista Conti (Centro): Construído em 1836, para abrigar a Câmara, a Cadeia e, posteriormente, o Fórum Municipal, o antigo prédio passou a ser, em 1961, o Museu Municipal João Batista Conti. Essa edificação, de taipa embaixo e pau-a-pique no andar de cima, foi construída em 1836. Em seu acervo, podemos encontrar decretos do Brasil Colônia e Império, peças de numismática, fotografias antigas da cidade e de patriarcas, um enorme acervo folclórico entre outras raridades, não só do município, mas também de outras regiões do Brasil. Seu organizador foi João Batista Conti em cuja

homenagem foi nomeado o Museu. A Casa de Câmara e Cadeia funcionou durante muito tempo num prédio do Largo da Matriz.

Depois de 1770 o edifício já estava obsoleto. Em 1835, com o auxílio do Governo Provincial, foi comprado um terreno e um novo prédio foi construído que passou a funcionar ainda inacabado, em 1838. Segundo artigo do jornal "Correio Popular", de 7 de setembro de 1972, foi adquirido um sobrado pelo Coronel Manuel Jorge Ferraz que edificou sobre o prédio térreo de taipa, o andar superior do que veio a ser a Casa de Câmara e Cadeia. O edifício de grandes proporções, teve tal atraso na conclusão de sua obra, devido a dificuldades financeiras. Pelo livro de Nestor Goulart Reis Filho, em 1840, o prédio estava pronto, mas segundo Maria Eliza Carrazzoni, em 1852 ainda estava inacabado. Ainda há uma outra data para a conclusão da obra. Atibaia fazendo parte da Comarca de São Paulo, estava em constante progresso e consegue finalizar a obra em 1836 (Informação do Caderno Condephaat). É um belo exemplar do século XIX, onde o neoclássico, ainda se mesclava com o colonial. Segundo o relatório de 1856, enviado à Assembléia Provincial, é considerado uma das boas cadeias da Província. O prédio foi doado, pelo Município ao Estado, e considerado monumento municipal. Foi transformado em museu e tombado pelo IPHAN desde 1956. Com o nome de Museu João Batista Conti, possui elementos de notória importância para a História, Etnologia, Numismática e Lingüística, além de farto material sobre a Imprensa, o Folclore, a Moda, Móveis, Instrumentos Musicais, Esculturas e Livros Sacros. Da primeira metade do século XIX, o prédio tem forma compacta de composição simples e estrutura de taipa de pilão, característica do planalto paulista. Como a maioria destas edificações, abrigava em seu pavimento térreo as funções de Cadeia Pública e, no superior, as de Câmara Municipal. Recebeu obras de restauração em 1960-1961.

*Estação Ferroviária Central**

*Estação Ferroviária de Caetetuba**

*Estação Ferroviária do Tanque**

*Estação Ferroviária do Maracanã**

*Estação Ferroviária do Yara**

*Estação Ferroviária de Guaxinduva**

*Antigas estações da extinta E. F. Bragantina, construídas no final do sec. XIX e início do séc. XX.**

*Casarão José Alvim (Centro)**

*Casa Paroquial (Centro)**

*Cemitério São João Batista (Centro)**

*Santo Cruzeiro (Centro)**

*Bens tombados pelo Conselho Municipal do Patrimônio Cultural de Atibaia, quando existiu nos anos 90. Atualmente Atibaia não possui um Conselho de Patrimônio Cultural.

Além dos patrimônios materiais elencados acima, Atibaia possui uma série de outros patrimônios identificados e mapeados pelo próprio COMPOCAT:

Patrimônio Natural

Monumento Estadual Natural da Pedra Grande

Reserva Ecológica do Vuna

Parque Municipal Natural da Grotta Funda

Parque Estadual do Itapetinga

Parque Edmundo Zanoni

Lago do Major

Patrimônio Imaterial.

Ciclo Natalino

Congadas

Cavanhada

Folia de Reis

São Gonçalo

Festa do Morango e das Flores

Festival de Cultura Japonesa - Taikô - Don Odori

Águas de Oxalá (cultura e religiosidade negra)

Fanfarras

Carnaval - Escolas de Samba - Blocos - Bonecões

Cultura Hip Hop

EQUIPAMENTOS E INSTALAÇÕES MUNICIPAIS PARA FINS CULTURAIS

Abaixo a listagem dos equipamentos e instalações municipais para fins culturais. Aqui é importante ressaltar que o COMPOCAT solicitou um trabalho técnico sobre as condições de 5 espaços culturais do município: Centro de Convenções e Eventos Victor Brecheret; Museu Municipal João Batista Conti; Centro Cultural André Carneiro; Biblioteca Pública Municipal II e o Museu de História Natural Professor Antônio Pergola. O relatório técnico está incluso no presente Plano de Cultura de Atibaia como ANEXO I, ao final do documento.

Museu João Batista Conti - Centro Histórico
Museu de História Natural Professor Antônio Pergola - Loanda
Biblioteca Municipal Joviano Franco da Silveira – Unidade I - Centro
Biblioteca Municipal – Unidade II - Alvinópolis
Biblioteca Municipal – Unidade III - Jardim Imperial
Casa de Cultura Jandira Massoni
Centro de Convenções e Eventos Victor Brecheret - Parque das Águas
Cine Itá Cultural - Centro
Centro Cultural André Carneiro - Centro
Espaço Cultural Greca - Vila Rica

POTÊNCIAS, FRAQUEZAS E DESAFIOS.

O município de Atibaia possui uma estrutura sociais apartada. A desigualdade social é marca que não se pode apagar das análises sobre o município, enquanto o PIB per capita da cidade gira em torno de 44 mil reais ao ano, cerca de 30% da população vive com até meio salário mínimo por mês. Essa realidade impacta de forma determinante a forma de distribuição do recurso público para a área de cultura, portanto, um dos primeiros pontos a entender de que forma os recursos da área da cultura – sejam financeiros, materiais e humanos – estão distribuídos territorialmente no município, a fim de garantir a equidade desta distribuição.

Uma questão que devemos nos atentar à gestão cultural de Atibaia é em relação à descontinuidade das ações e a alta rotatividade de gestores públicos na área. Através da escuta de relatos de conselheiros e moradores do município, fica evidente que a descontinuidade de ações e de visões de governança prejudicam o pleno desenvolvimento das políticas culturais na cidade. Atibaia tem lastro de atividades culturais exitosas que aconteceram no passado, justamente por conta disso, conta com uma sociedade civil organizada e aguerrida na construção de políticas permanentes para o município.

A organização do atual Conselho de Cultura do município atende aos requisitos do Sistema Nacional de Cultura, exercendo o papel de fiscalizador e também de elaboradores das políticas culturais: a iniciativa para a contratação de uma consultoria externa para a elaboração do Plano de Cultura surgiu do conselho.

Por isso, a organização da sociedade civil em Atibaia para debater e participar da construção de políticas culturais pode ser considerada como uma das forças do município, realizando o controle social para a área cultural.

Outra força no município é todo o setor de patrimônio cultural. Há campo para a exploração de forma sustentável e consciente do potencial turístico dos patrimônios,

materiais, imateriais e naturais da cidade, podendo se configurar como um gerador de emprego e renda para uma parcela significativa da população, que poderá, inclusive, compartilhar seus saberes e fazeres cotidianos com os visitantes em potencial.

Portanto, Atibaia tem alguns grandes desafios para os próximos 10 anos. O primeiro é em relação ao fortalecimento da gestão pública e a continuidade das ações, garantindo que não haja descontinuidade conforme troque o gestor à frente da Secretaria de Cultura.

Outro desafio posto é a descentralização de recursos e ações. Neste item ressaltamos a importância da elaboração de um mapeamento e cadastro cultural. Quando temos informações e dados sobre impacto financeiro, capilaridade de ações nos territórios, quantidade de grupos e espaços culturais existentes e financiamento externo podemos elaborar um plano de ação que vise a descentralização dos recursos da Secretaria de Cultura, garantindo os direitos culturais a todos os cidadãos do município.

A construção de uma cadeia produtiva da cultura na cidade também se coloca como desafio para os próximos 10 anos. As projeções econômicas e de emprego e renda no Brasil para os próximos anos não são animadores, atualmente, 2020 estamos vivendo uma recessão e que se aprofundará para o ano de 2021. A economia da cultura poderá, à médio prazo, ser uma alternativa para a geração de emprego e renda na cidade. Duas cadeias produtivas podem ser identificadas na cidade: a do turismo patrimonial e do audiovisual. É necessário realizar estudos sobre alternativas para a implementação dessas duas cadeias produtivas, inclusive olhando para boas práticas existentes em outros municípios brasileiros ou em outros países.

Por fim, a elaboração de um planejamento estratégico para as políticas culturais do município para os próximos 10 anos se faz necessário para que diminuir as fraquezas e tornar possível os desafios culturais de Atibaia

**PLANO DE POLÍTICAS
CULTURAIS DO
MUNICÍPIO DE
ATIBAIA**

DIRETRIZES

- I - liberdade de expressão, criação e fruição;
- II - diversidade cultural;
- III - respeito aos direitos humanos;
- IV - direito de todos à arte e à cultura;
- V - direito à informação, à comunicação e à crítica cultural;
- VI - direito à memória e às tradições;
- VII - responsabilidade socioambiental;
- VIII - valorização da cultura como vetor do desenvolvimento sustentável;
- IX - democratização das instâncias de formulação das políticas culturais;
- X - responsabilidade dos agentes públicos pela implementação das políticas culturais;
- XI - colaboração entre agentes públicos e privados para o desenvolvimento da economia da cultura;
- XII - participação e controle social na formulação e acompanhamento das políticas culturais.

OBJETIVOS

- 1 - reconhecer e valorizar a diversidade cultural, étnica e regional;
- 2 - proteger e promover o patrimônio histórico e artístico, material e imaterial;
- 3 - valorizar e difundir as criações artísticas e os bens culturais;
- 4 - promover o direito à memória por meio dos museus, arquivos e coleções;
- 5 - universalizar o acesso à arte e à cultura;
- 6 - estimular a presença da arte e da cultura no ambiente educacional;
- 7 - estimular o pensamento crítico e reflexivo em torno dos valores simbólicos;
- 8 - estimular a sustentabilidade socioambiental;

- 9 - desenvolver a economia da cultura no município;
- 10 - reconhecer os saberes, conhecimentos e expressões tradicionais e os direitos de seus detentores;
- 11 - qualificar a gestão na área cultural nos setores público e privado;
- 12 - profissionalizar e especializar os agentes e gestores culturais;
- 13 - descentralizar a implementação das políticas públicas de cultura;
- 14 - consolidar processos de consulta e participação da sociedade na formulação das políticas culturais;
- 15 – Garantir a interdisciplinaridade, entre culturas e entre áreas, nos programas e projetos executados pelo e no município.
- 16 – Promover a acessibilidade, garantindo oportunidades inclusivas para a diversidade

EIXO 1 – GESTÃO PÚBLICA E PARTICIPAÇÃO

Estratégia 1 – Instituir e garantir a participação conjunta da administração pública e da sociedade civil na definição, elaboração, implementação e avaliação das políticas públicas de cultura do município de Atibaia

Meta1 – Implementar as câmaras setoriais na estrutura do COMPOCAT em até 2 anos.

Ação1 – Realizar fóruns setoriais para a construção e consolidação das câmaras setoriais de forma descentralizada em todos os bairros do município.

Ação 2 – Desenvolver ações educativas sobre a importância da participação, a fim de garantir o envolvimento nos fóruns e nas Câmaras Setoriais da maior quantidade de diversidade cultural, diversidade de gênero e diversidade étnica.

Ação 3 – Aumentar e diversificar os canais de comunicação a fim de garantir a divulgação das ações e espaços onde acontecem as reuniões participativas.

Meta 2: Ampliar o escopo de atuação do COMPOCAT em até 1 ano.

Ação 4 - Articular conselho de cultura e outras secretarias para espaço nos veículos de comunicação (rádio, TV e outros), para momentos culturais e literários.

Estratégia 2 – Reestruturar a Secretaria de Cultura, considerando seus recursos humanos, financeiros e políticos para atender as demandas deste plano de cultura

Meta 3 – Alterar o processo administrativo burocrático das contratações para a área de cultura do município de Atibaia em até 1 ano, facilitando os trâmites para as contratações.

Ação 5: Realizar estudo jurídico sobre jurisprudência de procedimentos e regramentos que considere as especificidades da área da cultura na administração pública para a realização de contratações e editais (TCE e Governo Estadual de SP).

Meta 4 – Criar o Sistema de Informações e Indicadores Culturais do município de Atibaia em até 3 anos.

Ação 6: Garantir e priorizar o acesso público e transparente de todos os dados e informações relacionados à Secretaria de Cultura (contratações, orçamento, processos, etc.) ao COMPOCAT, e demais dados e informações sobre as políticas culturais do município de Atibaia.

Ação 7: Definir e implementar plataforma para mapeamento das manifestações artísticas e culturais do município, tendo como princípio a diversidade cultural de Atibaia, e que garanta o intercâmbio e a possibilidade de criação de redes através desta plataforma.

Ação 8: Criar metodologia de mapeamento que garanta o cadastro dos fazedores de cultura de todos os bairros e regiões do município, bem como aos que não possuem acesso aos meios digitais e os considerados “invisíveis” pelos meios consolidados e tradicionais.

Ação 9: Organizar um levantamento sobre público, atividades e potencialidades dos espaços culturais públicos.

Ação 10: Construir o sistema de indicadores para este plano de cultura.

Meta 5: Criar um departamento de comunicação exclusivo para a Secretaria de Cultura do município de Atibaia em até 4 anos.

Ação 11: Criar um site exclusivo para a Secretaria de Cultura, com o objetivo de divulgar as ações culturais e de patrimônio realizadas pelo município (2 anos).

Meta 6: Criar e executar um plano para qualificar a gestão pública e valorizar o funcionalismo público em até 6 anos.

Ação 12: Ofertar formação contínua aos funcionários da secretaria de cultura, relacionada a gestão pública, conteúdos artísticos e culturais, acessibilidade (exemplo: libras), e para a manutenção e preservação do patrimônio, locais históricos e equipamentos culturais do município.

Ação 10: Realizar concurso público que atenda a critérios de formação técnica e cultural desses agentes públicos.

Ação 11: Aumentar em até 20% o número de cargos técnicos que atendam às necessidades específicas da área cultural.

Ação 12: Criar um cargo vinculado ao gabinete que tenha como objetivo a captação de recursos externos e a consolidação de parcerias entre Secretaria de Cultura e outros entes federados, bem como instituições regionais, nacionais e internacionais de cultura.

Ação 13: Garantir a revisão do organograma da Secretaria de Cultura, bem como de suas funções.

Ação 14: Garantir que a Secretaria de Cultura desenvolva ações exclusivas para a área cultural.

Ação 15: Elaborar um plano de estágio de estudantes da área de artes e gestão pública para realizar o atendimento em exposições e demais equipamentos públicos.

Meta 7: Garantir pelo menos 2% do orçamento público municipal para a Secretaria de Cultura em até 10 anos.

Ação 16: Aumentar progressivamente o orçamento público da cultura 0,10 ao ano.

Estratégia 3 – Garantir o pleno funcionamento dos equipamentos culturais, com manutenção física, acesso da população e qualificação desses espaços, bem como a ampliação da quantidade de equipamentos existentes hoje na cidade.

Meta 8: Elaborar plano de ação para os equipamentos já existentes na Secretaria de Cultura com o objetivo de manter uma programação contínua ao longo dos 10 anos de vigência deste plano.

Ação 17: Elaborar protocolo e regimentos internos individuais do uso dos espaços culturais em até 2 anos.

Ação 18: Construir grupo de trabalho entre usuários, fazedores de cultura e gestão pública para a construção deste protocolo e regimento interno.

Meta 9: Adequar os equipamentos públicos culturais para acessibilidade atendendo lei nº10.098 de 19 de dezembro de 2000 em até 5 anos.

Ação 19: Elaborar projeto executivo para a reforma e restauro de todos os equipamentos existentes.

Meta 10: Qualificar os equipamentos públicos existentes com planos bianuais ao longo dos 10 anos de vigência deste plano.

Ação 20: Criar uma agenda para a utilização dos equipamentos públicos em horários livres, para que os fazedores de cultura do município possam utilizar o equipamento para ensaios, reuniões e gravações e demais atividades não monetizadas.

Ação 21: Aquisição de equipamentos técnicos para os espaços culturais, bibliotecas, museus, cinemas e outros, da secretaria de cultura.

Ação 22: Garantir a manutenção contínua desses equipamentos técnicos que serão adquiridos e dos já existentes nos espaços culturais.

Ação 23: Adaptação e manutenção de espaços culturais para receber as diversas linguagens culturais, se adequando para cada tipo de arte e cultura.

Ação 24: Adaptação de todos os equipamentos culturais com para garantir o Urbanismo tático. Conferir novos sentidos para os lugares a partir de mudanças rápidas, reversíveis e de baixo custo.

Meta 11: Ampliar a quantidade de espaços culturais ao longo dos 10 anos de vigência deste plano, realizadas de forma gradual, com plano de trabalho a cada 2 anos.

Ação 25: Garantir que todos os novos equipamentos públicos sejam acessíveis.

Ação 26: Construir um novo centro cultural de artes integradas, com espaços multiusos, para a município em até 10 anos

Ação 27: Estabelecer diálogo com os setores da prefeitura que fazem a administração dos Centros Comunitário visando o uso compartilhado e a manutenção destes espaços.

Meta 12: Criar uma Escola Municipal de Formação Artística, com formações continuadas contemplando dois núcleos: artes cênicas e artes plásticas.

Ação 28: Garantir formações na área técnica para ambos os núcleos.

Ação 29: Criar um núcleo permanente de formação em dança, com espaços adequados para as diferentes áreas da arte.

EIXO 2 – FORMAÇÃO

Estratégia 4 – Criar Programa de Formação Cultural para o município de Atibaia, que atenda as demandas geracionais, de gênero, de raça e de acessibilidade, proporcionando formações alinhadas com as diretrizes deste plano que versa sobre a diversidade cultural, direitos culturais e interdisciplinaridade

Meta 13: Elaborar e implementar o Programa de Formação Cultural para o município de Atibaia em até 2 anos.

Ação 30: Levantamento e diagnóstico de formações já ofertadas pela Secretaria de Cultura, que considere público atendido e público em potencial para a realização desta meta.

Ação 31: Elaborar Programa de Formação que garanta 3 níveis: iniciação artística; oficinas culturais; e formações técnicas e especializadas, de forma pontual e continuada.

Ação 32: Garantir que o Programa de Formação atenda a infância, adolescência, juventude, adultos, idosos, portadores de necessidades especiais e alunos da rede pública de ensino.

Ação 33: Garantir que o Programa de Formação seja implementado de forma descentralizada, utilizando espaços existentes por todo município como: pontos de cultura, centros comunitários, instituições parceiras, centros sociais e religiosos, nos bairros periféricos e na área rural, estendendo aos centros de ressocialização, fundação casa, CRAS e UBSs.

Meta 14: Aumentar a quantidade de formações em 10% ao ano, ao longo de 10 anos da vigência deste plano.

Ação 34: Elaborar formações que dialoguem com o diagnóstico da área, com o mapeamento cultural e com as sugestões da população e dos arte-educadores, garantindo o atendimento das demandas identificadas.

Ação 35: Elaborar processos formativos que tenham como objetivo transversal a formação de público para que a cidade tenha munícipes mais atuantes, lúcidos e empáticos com o entorno e com quem está a seu lado.

Ação 36: Garantir formações que privilegiem a difusão da lei 10.639, aplicação das culturas afros nas escolas públicas.

Ação 37: Estabelecer diálogo entre Secretaria de Cultura e as escolas privadas do município sobre a Lei 10.639.

Ações 38: Desenvolver formações sobre políticas culturais, editais públicos, projetos culturais, empreendedorismo e administração pública tendo como público-alvo os fazedores de cultura da cidade.

Ação 39: Criar cursos profissionalizantes para técnicos de restauração de Patrimônio Cultural (prédios e materiais).

Meta 15: Criar grupos de estudos sobre cultura das mais diversas temáticas em até 1 ano.

Ação 40: Desenvolver temáticas para esses grupos de estudo que tenham como foco cultura tradicional, mulheres, negros, indígenas e LGBTQI+s e demais temas que sejam de interesse do público em geral. Aprofundando o entendimento antropológico de cultura.

EIXO 3 – FINANCIAMENTO DA CULTURA

Estratégia 5: Criar Sistema de Financiamento e Fomento à Cultura que atue em 4 frentes: orçamento público; mecanismo de alimentação do fundo de cultura via impostos; renúncia fiscal; e estímulo a doações privadas.

Meta 16: Criar uma projeção gradativa de aumento do orçamento da pasta da cultura, sem regressão, chegando ao final dos 10 anos do plano com o percentual de no mínimo 2% do orçamento total da prefeitura (aumento de 0,10% ao ano, podendo ultrapassar esse valor).

Ação 41: Realizar um estudo de levantamento quanto ao impacto das ações da cultura no orçamento do município.

Ação 42: Garantir que recursos financeiros da cultura sejam distribuídos de forma mais igualitária entre os diferentes setores.

Meta 17: Regulamentação da lei ordinária 4648/2018 que trata sobre o Programa de Fomento à Cultura em até 1 ano.

Ação 43: Implementar a lei 4648/2018 garantindo o mecanismo de alimentação do Fundo de Cultura através do repasse de 1% a 2% do ISS recolhido do município de Atibaia.

Ação 44: Realizar estudo para direcionar uma porcentagem do dinheiro arrecadado nos pedágios para a cultura.

Meta 18: Criar uma lei de renúncia fiscal no âmbito municipal, que tenha como foco o financiamento de projetos culturais a serem realizados no município de Atibaia, em até 4 anos.

Ação 45: Elaborar estudo para incluir porcentagem do IPTU ou de outro imposto para esta lei de renúncia fiscal.

Meta 19: Criar campanhas de incentivo à doação voluntária - de empresas privadas e pessoas físicas - ao Fundo de Cultura em até 2 anos, e que perdurem continuamente ao longo dos 10 anos de vigência deste plano.

Ação 46: Desenvolver um programa de cotização por aportes com contrapartidas a essas empresas privadas que farão as doações.

Ação 47: gerar selo “amigo da cultura” para o setor de restaurantes, bares e hotéis que contemplem e incentivem o setor cultural do município.

Meta 20: Estabelecer banco de projetos locais incentivados pela lei Rouanet e PROAC ICMS e sensibilizar as empresas localizadas em Atibaia, em até 3 anos.

Meta 21: Lançar editais para projetos culturais que sejam amplos, democráticos, diversos, e com recursos financeiros, que contemplem todas as linguagens artísticas e culturais que atuam no município de Atibaia, no mínimo 2 editais por ano, ao longo dos 10 anos de vigência deste plano. Considerando o mapeamento cultural e os objetivos e metas deste Plano de Cultura.

Ação 48: Elaborar editais públicos de pesquisa, publicações, formação, produção, residência, difusão, pagamento de passagens áreas e terrestres, aquisição de obras, circulação de conteúdos artísticos e culturais e registro de atividades artísticas e culturais.

Ação 49: Criação de um cadastro contínuo, público, para cadastramento de projetos e artistas (plataforma de mapeamento).

Ação 50: Ampliar editais de continuidade, fomentando projetos de formação de artistas, fazedores de cultura e público.

Ação 51: Ampliar editais para realização de atividades descentralizadas e que contemplem minorias.

Meta 22: Criar, aprovar e colocar em funcionamento a Lei Cultura Viva Municipal, nos moldes da lei federal e demais leis criadas no âmbito municipal, em até 2 anos.

Ação 52: Criar grupo de estudo entre sociedade civil e câmara dos vereadores para verificar a viabilidade desta lei, considerando fontes alternativas para o financiamento dos pontos de cultura.

EIXO 4 – MEMÓRIA, PATRIMÔNIO E CULTURA POPULAR

Estratégia 5: Fortalecer as políticas públicas de memória e patrimônio cultural do município

Meta 23: Implementar projeto de educação patrimonial da Secretaria de Cultura na rede de educação do município de Atibaia em até 4 anos.

Ação 53: Elaboração de um projeto de educação patrimonial que contemple as diversas linguagens do patrimônio, da memória e da cultura popular de Atibaia.

Ação 54: Prover os ambientes patrimoniais tais como acervos, às exposições visuais, museus, mostras, peças etc. para receber visitação pública com ênfase em alunos da rede pública.

Meta 24: Criar Comissão de Patrimônio, dentro do Conselho de Cultura, com os objetivos de realizar uma curadoria das ações e eventos relacionados ao acervo do patrimônio cultural e ambiental do município e para a tomada de decisões pelo conselho de cultura em até 2 anos.

Ação 55: Promover seminários temáticos visando a formação de um fórum do patrimônio.

Ação 56: Desenvolver legislações específicas sobre o patrimônio cultural do município.

Ação 57: Exigir a aplicação da lei que proíbe a circulação de veículos pesado no centro histórico.

Meta 25: Criar um Centro de Pesquisa de Memória em até 4 anos.

Ação 58: Digitalização de todo o acervo de memória e patrimônio Cultural do município em até 6 anos.

Ação 59: Elaborar plano de trabalho para a realização da digitalização distribuída ao longo desses 6 anos.

Ação 60: Priorizar os acervos que estejam em estado mais deteriorado de preservação.

Ação 61: Realizar levantamento e orçamento para a digitalização do acervo de memória e patrimônio cultural do município.

Ação 62: Realizar pesquisas contínuas na área de memória de Atibaia. Com o desenvolvimento e coletas da memória oral sobre a diversidade de histórias do município.

Ação 63: Identificar, gerir e qualificar os acervos existente no município.

Ação 64: Ampliar o acervo material e imaterial através de novos registros e salvaguardas.

Ação 65: Reativar a Sala de Exposição permanente sobre a Cultura Popular.

Ação 66: Fomentar obras literárias sobre história de Atibaia.

Meta 26: Elaborar um plano de tombamento do patrimônio arquitetônico do município em até 4 anos.

Ação 67: Mapear as construções históricas da cidade.

Ação 68: Criar ações de orientação aos proprietários de construções históricas privadas.

Ação 69: Criar mecanismos para fortalecer a identidade da arquitetura local.

Ação 70: Viabilizar o tombamento e a salvaguarda do Cine Itá.

Estratégia 6: Elaborar Programa de Turismo Patrimonial para o município de Atibaia

Meta 27: Elaborar Programa de Turismo Patrimonial em até 5 anos.

Ação 71: Estreitar as relações entre a Secretaria de Cultura e a Secretaria de Turismo com o objetivo de construir projetos conjuntos.

Ação 72: Elaborar um roteiro de espaços/pontos turísticos lembrando as histórias existentes, combinar diferentes linguagens para apresentação desses pontos: músicas, cenas, entre outros.

Ação 73: Publicações como um caderno de cultura que pudesse contar detalhadamente ações realizadas na cidade nas diferentes linguagens (experiências do teatro, música, artes plásticas) realizadas aqui, bem como seus expoentes.

Ação 74: Parceria com setor comercial e hoteleiro da cidade para estimular o “novo” circuito turístico.

Ação 75: Formação de pequenos guias turísticos por conta da rede hoteleira dialogando com a cultura.

Ação 76: Elaborar circuitos de fotografia, desenho, audiovisual e arte gráfica, com foco no patrimônio natural para fomentar o turismo de contemplação.

Estratégia 8: Fortalecer e salvaguardar a cultura tradicional e popular de Atibaia

Meta 28: Criar fórum em que participe os mestres, mestras, festeiros e demais participantes da cultura popular e tradicional em até 1 ano.

Ação 77: Mapear, identificar e resgatar artesanato tradicional do município de Atibaia.

Ação 78: Mapear, identificar e resgatar os festejos populares e tradicionais do município.

Ação 79: Desenvolver pesquisa das tradições orais (histórias, lendas, causos e cantigas).

Ação 80: Desenvolver plano de ação e registro que tenha como objetivo a valorização e fomento das congadas do município

Meta 29: Construir a sede das congadas verde e da congada rosa em até 2 anos.

Ação 81: Implementar plano de obra já existente para a construção desta sede.

Meta 30: Resgatar e fomentar o Carnaval de Rua do município em até 3 anos.

Ação 82: Reestabelecer diálogos e articulações entre secretaria de cultura e escolas de sambas, blocos, cordões, afoxés e demais grupos carnavalescos.

Ação 83: Garantir ações continuadas ao longo de todo o ano disponibilizando o suporte das comunidades carnavalescas através de formações, editais e demais apoios estruturais.

EIXO 5 – DESCENTRALIZAÇÃO E ACESSO

Estratégia 9: Elaborar e implementar o Plano Municipal do Livro, Leitura e literatura

Meta 31: Desenvolver o plano do livro leitura e literatura do município de Atibaia em até 3 anos.

Ação 84: Reestruturação das bibliotecas públicas para que seu espaço atenda as demandas sociais do século XXI, com modernização da gestão e adequação dos espaços para múltiplos usos.

Ação 85: Estabelecer diálogos entre Secretaria de Cultura e Secretaria de Educação visando o intercâmbio com o projeto “Ler e Escrever Ponte do Saber” e “Jornada Literária”.

Ação 86: Ampliar a rede de bibliotecas descentralizando suas unidades, atendendo a bairros periféricos.

Ação 87: Estimular e apoiar feiras e festivais de livros como espaço para a troca de experiências, tanto no centro quanto nas periferias.

Ação 88: Criar concursos literários e editais para publicações, priorizando os escritores e poetas do município.

Ação 89: Desenvolver ações de descentralização do livro, leitura e literatura, com projetos e ações voltados às periferias.

Ação 90: Apoiar e estimular a criação e manutenção de bibliotecas comunitárias.

Ação 91: Priorizar publicações, escritores e poetas do município de Atibaia em todas as ações do Plano do Livro, Leitura e Literatura

Ação 92: Criar uma gibiteca, com espaço para oficinas e socialização.

Ação 93: Garantir que o Plano do Livro, Leitura e Literatura atenda a infância, adolescência, juventude, adultos, idosos, portadores de necessidades especiais e alunos da rede pública de ensino.

Meta 32: Criar uma Editora Cultural Municipal para publicações de livros (romance, artigos, técnicos, contos, revistas, quadrinhos, poemas, crônicas, peças, roteiros, etc.) tanto das artes literárias, como musicais, visuais, plásticas, audiovisuais, patrimônio histórico. Bem como a produção de materiais de divulgação de toda a cultura em até 10 anos.

Ação 94: Realizar um estudo para viabilidade da criação da Editora Cultural Municipal.

Estratégia 10: Criar, elaborar e implementar Programa de Audiovisual com o objetivo de geração de renda e fomento à economia da cultura, bem como à descentralização e acessibilidade das ações audiovisuais em todo o território do município de Atibaia

Meta 33: Implementar o Programa de Audiovisual em até 8 anos, tendo suas ações implementadas gradativamente em 2, 4, 6 e 8 anos.

Ação 95: Criar o Cine Caeté no Bairro do Caetetuba. Cinema popular com exhibições de filmes à preço popular.

Ação 96: Fortalecer os cineclubes que já existem e fortalecer a implementação de novos cineclubes, criando uma rede cineclubista na cidade.

Ação 97: Criar uma Film Commission para o município para geração de empregos e mercado.

Ação 98: Estimular a economia do audiovisual no município, através da criação de uma cadeia produtiva local (ver experiências de APL – arranjo produtivo local). Viabilizar estudos.

Ação 99: Desenvolver um projeto de artes integradas para que profissionais de outras áreas culturais do município possam desenvolver seus trabalhos na cadeia produtiva do audiovisual.

Ação 100: garantir que os editais contemplem os diversos formatos das produções audiovisuais (exemplo: nano-metragem, curta-metragem, média metragem e longa metragem).

Meta 34: Inaugurar o Cine Itá bem como garantir sua plena funcionalidade em até 1 ano.

Ação 101: Garantir que a administração do Cine Itá permaneça sob a responsabilidade da Secretaria de Cultura

Ação 102: Elaborar editais públicos – elaboração conjunta entre Secretaria de Cultura e COMPOCAT – para que a ocupação dos espaços do Cine Itá sejam realizadas por organizações sem fins lucrativos.

Ação 103: Criar Centro de Produção e Formação de profissionais do audiovisual, garantindo formações continuadas em áreas do audiovisual promovendo a produção

artística e técnica, voltadas também para o mercado, de forma descentralizada, chegando às periferias do município.

Ação 104: Criar um estúdio de gravação para atendimento dos fazedores de cultura.

Ação 105: Retomar os festivais FAIA e Curta Atibaia e que garantam exposições também ao ar livre.

Estratégia 11: Elaborar e implementar plano de ação que tenha como objetivo principal a descentralização das ações culturais promovidas pela Secretaria de Cultura, bem como efetivar a acessibilidade, promovendo o intercâmbio entre as culturas periféricas e centrais.

Meta 35: Viabilizar o direito à cidade através de política de gratuidade e/ou de subsídio da passagem de ônibus, para que a população de baixa renda possa acessar os bens culturais do centro do município, em até 1 ano.

Ação 106: Elaborar estudos de viabilidade da proposta, a partir dos subsídios pagos às empresas de ônibus.

Meta 36: Organizar um novo calendário de eventos para a cultura de Atibaia em até 1 ano.

Ação 107: Reelaborar o calendário cultural que inclua eventos como "semanas temáticas" que atendam a diversidade de gênero, a mulher, a criança, o idoso, raça, o meio ambiente, entre outros, visando a conscientização.

Meta 37: Criar o feriado 20 de Novembro.

Ação: Agregar a Semana da Consciência Negra.

Meta 38: Retomar festivais e mostras, e implementar novos festivais culturais que visem formar público e apoiar a cultura independente, grupos iniciantes, novos talentos e feiras com produções de artistas locais, de forma escalonada em até 2, 4 e 6 anos.

Ação 108: Retomar o Encontro de Artes de Atibaia.

Ação 109: Retomar a Semana André Carneiro.

Ação 110: Retomar o Festival Panamérica Utópica - Festival Internacional de Teatro Comunitário para realizar intercâmbio com grupos de teatro da América Latina.

Ação 111: Retomar Fórum Bienal de dança, Temporadas e Festivais de dança.

Ação 112: Retomar os Festivais de Cinema: FAIA, Curta-Atibaia.

Ação 113: Fortalecer o Festival Brasileiro de Nano Metragem.

Ação 114: Realizar feiras de produtores locais, bem como “feira preta”, como estímulo à comercialização de produtos culturais e artísticos dos fazedores de cultura do município.

Ação 115: Garantir, promover e apoiar a ocupação de espaços para atividades ao ar livre, como praças e parques públicos, bem como o acesso e uso dos equipamentos da Secretaria de Cultura.

Ação 116: Agregar aos festivais, salões e demais eventos culturais processos de residência artística, visando o intercâmbio de saberes e fazeres entre os fazedores de cultura de Atibaia e demais artistas da região, do Brasil e demais países.

Meta 39: Elaborar e implementar 15 polos culturais distribuídos pela zona rural e urbana de Atibaia em até 10 anos, bem como garantir o funcionamento dos já existentes. Com implementação gradual em 2, 4, 6, 8 e 10 anos.

Ação 117: Elaborar estudo de viabilidade financeira e técnica para a implementação desta meta.

Ação 118: Apoiar a criação de espaços com temáticas como a culinária, permacultura, bioconstrução e alimentação orgânica, com o objetivo de acesso à formas sustentáveis e alternativas de culturas de cultivo.

Ação 119: Mapear e disponibilizar muros públicos do município para que possam ser utilizados para arte urbana.

**ANEXO I – RELATÓRIO
TÉCNICO DE ESPAÇOS
PÚBLICOS**

RELATÓRIO TÉCNICO SOBRE OS ESPAÇOS CULTURAIS DO
MUNICÍPIO DE ATIBAIA/SP

Mariana Boujadi

Museóloga

Mestra em Memória Social e Patrimônio Cultural

ATIBAIA, 2020

Índice

Introdução	4
Centro de Convenções e Eventos Victor Brecheret	5
Sobre o espaço.....	5
<input type="checkbox"/> Hall de entrada	5
<input type="checkbox"/> Mezanino.....	5
<input type="checkbox"/> Sala de exposição inferior	5
<input type="checkbox"/> Reserva Técnica	5
Sobre o Acervo.....	6
<input type="checkbox"/> Acondicionamento:	6
<input type="checkbox"/> Documentação:.....	6
<input type="checkbox"/> Exposição	6
Segurança.....	6
Acessibilidade	6
Equipe técnica	7
Museu Municipal João Batista Conti	8
Sobre o espaço.....	8
<input type="checkbox"/> Sala de pesquisa e administrativa.....	8
<input type="checkbox"/> Sala para exposições temporárias.....	8
<input type="checkbox"/> Reserva técnica.....	8
<input type="checkbox"/> Hall e Recepção.....	8
<input type="checkbox"/> Depósito	8
<input type="checkbox"/> Salas da exposição de longa duração	8
Sobre o Acervo.....	9
<input type="checkbox"/> Acondicionamento	9
<input type="checkbox"/> Documentação.....	9
<input type="checkbox"/> Exposição	10
Segurança.....	10
Acessibilidade	11
Equipe técnica	12
Ações realizadas.....	12
Centro Cultural André Carneiro	13
Sobre o espaço.....	13
Sobre o Acervo.....	13
<input type="checkbox"/> Exposições.....	13

Segurança.....	14
Acessibilidade	14
Equipe técnica	14
Ações realizadas.....	15
Outras informações	15
Biblioteca Municipal II (Biblioteca da praça da AMADA)	16
Sobre o espaço.....	16
Sobre o Acervo.....	16
<input type="checkbox"/> Acondicionamento	16
<input type="checkbox"/> Documentação.....	16
Segurança	17
Acessibilidade	17
Equipe técnica	17
Ações realizadas.....	18
Museu de História Natural Professor Antônio Pergola.....	19
Sobre o espaço.....	19
Sobre o Acervo.....	19
<input type="checkbox"/> Acondicionamento	19
<input type="checkbox"/> Documentação.....	19
Segurança	19
Acessibilidade	20
Equipe técnica	20
Ações realizadas.....	20
Considerações Finais.....	21
Referências Bibliográficas	25

Introdução

No dia 5 de março de 2009 organizou-se, a pedido do conselho Municipal de Política Cultural (COMPOCAT), uma visita técnica aos seguintes espaços culturais do município de Atibaia, sob gestão da secretaria de cultura: Centro de Convenções e Eventos Victor Brecheret, Museu Municipal João Batista Conti, Centro Cultural André Carneiro, Biblioteca Municipal II (Biblioteca da praça da AMADA) e Museu de História Natural Professor Antônio Pérgola.

Para tanto, utilizou-se como metodologia a visita de campo, sobretudo, entrevistas realizadas aos gestores e funcionários através de um questionário qualitativo com questões abertas. Almejando um maior conhecimento e aprofundamento dos relatos coletados, ainda em campo, houve uma análise dos dados previamente obtidos através do Ofício da Secretaria de Cultura emitido ao COMPOCAT.

Norteados através de uma visão museológica, este estudo tem como objetivo auxiliar a sociedade atibaense, representada pela COMPOCAT, a pensar em estratégias para aproveitar a gama de possibilidades e potencialidades dos meios culturais da cidade em planos para a cultura a curto, médio e longo prazo, através do diagnóstico de problemas e feedbacks dos funcionários dos setores, considerados importantes ferramentas para o desenvolvimento administrativo desses espaços.

Salienta-se, contudo, que não se trata de um documento final, e que seria agregador um olhar de outras áreas sobre os espaços, bem como uma análise mais aprofundada dos documentos institucionais de cada um. Tampouco se trata de um diagnóstico museológico. Assim, o estudo não se pretende, também, como um proponente de soluções, pois se acredita que estas devem ser construídas de forma participativa e colaborativa entre sociedade, especialistas e gestão pública.

Dito isso, este documento será dividido, para cada um dos espaços visitados, entre as seguintes seções: análise estrutural, análise do acervo, segurança, acessibilidade e equipe técnica.

Centro de Convenções e Eventos Victor Brecheret

Sobre o espaço

Possui seus principais espaços expositivos localizados no hall de entrada e o no mezanino do prédio.

Há, ainda, uma sala no pavimento inferior, que, eventualmente, abriga exposições e outras atividades. Possui algumas salas de reunião, salas de suporte e almoxarifado, sala de secretaria, auditório, banheiros, cozinha e uma reserva técnica.

Ao que concerne este estudo, serão analisadas as salas que abrigam exposições, espaços de acesso e a reserva técnica.

- **Hall de entrada**

O hall de entrada, conforme informado durante entrevista, abriga exposições temporárias.

Está em bom estado de conservação.

Possui, contudo, alguns problemas no que diz respeito à exposição de acervos. Não há um controle ambiental (temperatura, umidade e luminosidade) da sala, estando, qualquer obra exposta, sujeita a mudanças drásticas de temperatura, devido a constante mudança da posição solar e a incidência de calor e luz nesse espaço. Podendo trazer eventuais danos em acervos fotossensíveis, como aquarelas, fotografias, gravuras, dentre outros.

- **Mezanino**

O espaço do mezanino abriga exposições itinerantes do denominado “Museu Olho Latino” que versam sobre a arte da gravura¹.

Está, assim como o hall, em bom estado de conservação.

Não há, contudo, controle ambiental, podendo trazer eventuais danos em acervos fotossensíveis, como aquarelas, fotografias, gravuras, dentre outros.

- **Sala de exposição inferior**

Abriga eventualmente exposições temporárias. Devido à falta de espaço para um depósito adequado para materiais em desuso, este espaço tem abrigado diversos objetos de suporte.

Como nas outras salas não há um controle ambiental, apesar de não haver incidência de luz, e possuir uma temperatura mais baixa, possui uma maior umidade relativa, e algumas marcas de infiltração.

- **Reserva Técnica**

Não há um espaço adequado para a salvaguarda do acervo que se encontra armazenado neste espaço.

¹ Informações obtidas no “portal olho latino” disponível em: << <http://www.olholatino.com.br/site/>>> acesso em 10 de mar. 2020.

Não há controle ambiental, não há iluminação, não há prateleiras, telários ou qualquer tipo de suporte mobiliário para um acervo.

Sobre o Acervo

- **Acondicionamento:**

O acervo da reserva técnica encontra-se encostado em um canto, apoiados na parede, obra sobre obra. Parcialmente cobertos com papel pardo e plástico bolha.

- **Documentação:**

Em entrevista consta que há uma lista de todas as obras que se encontram no centro de convenções.

- **Exposição**

Acervos das exposições temporárias estão sujeitos a ações ambientais. Recomenda-se uma triagem ao se realizar a curadoria de exposições, optando-se por obras de tipologias menos sensíveis, ou um controle ambiental que assegure a segurança dos acervos expostos.

Segurança

Durante a entrevista, obtiveram-se dados de que os maiores problemas de segurança relacionam-se ao mau uso dos equipamentos por parte de empresas externas que realizam eventos no centro de convenções.

Comentou-se, também, da dificuldade de manter o espaço externo seguro por sua amplitude e por ser inteiramente aberto.

Sobre a segurança das obras, com o acondicionamento que tem sido realizado na reserva técnica, teme-se por sua integridade, pois estão amplamente sujeitas a ação de agentes biológicos, químicos e físicos.

Observando-se, ainda, a reserva técnica e o fácil acesso a ela, acredita-se que caso algum visitante mal intencionado assim quisesse, poderia facilmente danificar as obras ali acondicionadas.

Acessibilidade

O prédio possui passagens amplas, mas o acesso a cadeirantes para o segundo andar está temporariamente impossibilitado por problemas no elevador, que apesar de tentativas, continua sem funcionar.

A acessibilidade para deficientes visuais e auditivos aos espaços expositivos também é limitada, não havendo pisos táteis, legendas em braile, audioguias ou mediadores.

Equipe técnica

Apesar de o espaço ser composto por uma equipe multidisciplinar, acredita-se que os problemas encontrados na reserva técnica sejam, também, consequência de uma falta de pessoal técnico para implementar medidas de salvaguarda cabíveis.

Museu Municipal João Batista Conti

Sobre o espaço

O prédio histórico é composto, no pavimento inferior, por uma sala administrativa e de pesquisa, uma sala para exposições temporárias, uma reserva técnica, um hall e recepção, um pequeno depósito, banheiro e copa. No pavimento superior há as salas que abrigam a exposição de longa duração.

- **Sala de pesquisa e administrativa**

Estado de conservação regular.

Segundo informado, apesar de haver algumas rachaduras, nenhuma delas é estrutural. O mobiliário da sala é praticamente inteiro de madeira. A sala abriga acervos sensíveis como jornais, livros e fotografias.

Não há controle ambiental de umidade, temperatura e luminosidade.

- **Sala para exposições temporárias**

Estado de conservação regular.

Não há controle ambiental de umidade, temperatura e luminosidade.

- **Reserva técnica**

Estado de conservação regular.

Apesar de seu tamanho reduzido, através da parceria público privada foram instalados armários deslizantes e adquiridas prateleiras de aço galvanizado. Foi adquirido, também, um desumidificador para o espaço.

- **Hall e Recepção**

Estado de conservação regular.

Não há um espaço para acolhimento.

Mobiliário expositivo de madeira.

Aguarda-se a instalação de um elevador hidráulico.

- **Depósito**

Estado de conservação, regular. Não há controle ambiental, não há espaço hábil para acondicionamento do acervo.

Espaço abriga temporariamente acervos que aguardam a organização da reserva técnica.

- **Salas da exposição de longa duração**

Estado de conservação regular.

Não há controle ambiental de umidade, temperatura e luminosidade.

As janelas permanecem abertas e são fechadas por funcionários ao longo do dia dependendo da posição solar. Foram realizadas manutenções inadequadas em um prédio histórico, consta-se uma colagem da madeira de uma das janelas com cola plástica.

Todos os mobiliários são de madeira.

Sobre o Acervo

- **Acondicionamento**

Foram instalados no museu armários deslizantes, e prateleiras de aço galvanizado na reserva técnica, contudo os acervos ainda não estão acondicionados nesses novos espaços.

Na sala de pesquisa, todo o acervo está acondicionado em armários de madeira, e apesar de haver pastas de poliondas, recomenda-se, se possível sua substituição² por prateleiras e armários de aço galvanizado.

Sobre o acondicionamento do acervo em exposição há diversos problemas: o mobiliário utilizado para acondicionar o acervo; as obras de gesso expostas sem proteção de cúpulas; as janelas abertas possibilitando a incidência direta de luz, potencializando a ação de agentes químicos e biológicos; a falta de um controle ambiental mínimo; a falta de um sistema de segurança; para citar os mais graves.

Não são realizados processos de conservação preventiva, que visam ampliar o tempo de vida institucional do acervo.

- **Documentação**

O Museu, segundo informações obtidas na entrevista, seu acervo registrado apenas em livros-tombo.

Não há fichas catalográficas. Tampouco digitalização do acervo. Há a previsão para a sua digitalização através de software gratuito, mas não há uma data prevista para o início de sua implantação.

O museu não possui uma política de acervos, documento fundamental para uma gestão eficiente de acervos museológicos. É nesse documento que constam normas técnicas norteadoras a serem seguidas por qualquer funcionário que venha a trabalhar na instituição, acerca da aquisição e descartes de acervos. Não ficando este processo atrelado à visão pessoal de uma ou outra pessoa. Preferencialmente, este documento deve prever a existência de uma comissão de acervos (composta por membros da sociedade, técnicos e gestores da instituição), que delibera conjuntamente sobre o acervo.

Não há no museu um Plano Museológico. Esse documento se trata de uma ferramenta de gestão para os museus, pautado num conjunto de Programas e Projetos e tem sua estruturação orientada pelo Estatuto de Museus (Lei 11.904). A elaboração baseia-se no diagnóstico completo da instituição. Levando em conta os pontos fortes e frágeis, ameaças e oportunidades, aspectos socioculturais, políticos, técnicos, administrativos e econômicos pertinentes ao museu. Sua

² Sua substituição não necessariamente indica seu descarte, podendo ser analisado, através de uma política de acervos, sua aquisição ou não como acervo para o museu, por exemplo.

importância é prevista em lei, como comentado, e para participar de alguns editais de captação de recursos é necessária sua apresentação.

- **Exposição**

A exposição não é o único, mas um dos principais meios de comunicação e extroversão de um museu. É nela onde ocorre o fato museal³, e a aproximação entre o museu e visitante.

Apesar de muitas vezes o museu ser compreendido como um local que guarda e expõe objetos antigos, de caráter colecionista e enciclopédico. Nos últimos anos, observamos novos tipos de exposições.

Nas quais os museus propõe diálogos com os visitantes, como construtores e coautores, problematizando mais as questões sociais e intenta pela inclusão de cada vez mais participantes nos seus processos, buscando ser um reflexo da sociedade.

O acervo do Museu Municipal João Batista Conti possui uma enorme potencialidade expositiva, mas por questões estruturais (equipe reduzida, mobiliário, falta de verbas para mudanças cenográficas, dentre outros), mantém, basicamente - com algumas alterações e inclusões muito pertinentes - uma expografia semelhante a de sua fundação em 1961. Uma exposição que refletia a sociedade de 70 anos atrás, não reflete, necessariamente, nossa sociedade atual.

As exposições temporárias realizadas pela equipe do museu (mesmo em número reduzido) são louváveis, pois trazem um atrativo importante aos visitantes, que tem a possibilidade de realizarem novas leituras dos acervos do museu.

Segurança

Acerca da segurança no Museu, o primeiro ponto a ser ressaltada, dada sua gravidade, foi um caso de furto de acervo (uma arma de fogo) por parte de algum visitante.

Segundo a Lei 11904 de 14 de janeiro de 2009

Art. 1º Consideram-se museus, para os efeitos desta Lei, as instituições sem fins lucrativos que conservam, investigam, comunicam, interpretam e expõem, para fins de preservação, estudo, pesquisa, educação, contemplação e turismo, conjuntos e coleções de valor histórico, artístico, científico, técnico ou de qualquer outra natureza cultural, abertas ao público, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento.

Art. 2º São princípios fundamentais dos museus:

IV – a valorização e preservação do patrimônio cultural e ambiental;

Art. 21. Os museus garantirão a conservação e a segurança de seus acervos.

Parágrafo único. Os programas, as normas e os procedimentos de preservação, conservação e restauração serão elaborados por cada museu em conformidade com a legislação vigente.

Art. 22. Aplicar-se-á o regime de responsabilidade solidária às ações de preservação, conservação ou restauração que impliquem dano irreparável ou destruição de bens culturais dos museus, sendo punível a negligência.

³ Relação entre o homem, o objeto e um cenário. Para maiores informações sobre o tema recomenda-se a leitura de CARVALHO, Luciana Menezes de. Waldisa Rússio e Tereza Scheiner - dois caminhos, um único objetivo: discutir museu e Museologia. Revista Museologia e Patrimônio. MAST. Rio de Janeiro, 2011, pp. 147-158.

Art. 23. Os museus devem dispor das condições de segurança indispensáveis para garantir a proteção e a integridade dos bens culturais sob sua guarda, bem como dos usuários, dos respectivos funcionários e das instalações.

Parágrafo único. Cada museu deve dispor de um Programa de Segurança periodicamente testado para prevenir e neutralizar perigos.

Art. 24. É facultado aos museus estabelecer restrições à entrada de objetos e, excepcionalmente, pessoas, desde que devidamente justificadas.

Art. 25. As entidades de segurança pública poderão cooperar com os museus, por meio da definição conjunta do Programa de Segurança e da aprovação dos equipamentos de prevenção e neutralização de perigos.

Art. 26. Os museus colaborarão com as entidades de segurança pública no combate aos crimes contra a propriedade e tráfico de bens culturais.

Art. 27. O Programa e as regras de segurança de cada museu têm natureza confidencial.

Os objetos quando são musealizados, ou seja, passam pelo processo de aquisição, processamento e acondicionamento, perdem seu caráter utilitário e passam a ter um caráter representativo, simbólico, tornam-se documentos, bens patrimoniais. Que não são de propriedade de um indivíduo, mas da sociedade.

É obrigação legal e responsabilidade dos órgãos mantenedores das instituições possibilitarem condições de salvaguarda de acervo. Assegurem a segurança do espaço, assegurar a segurança do patrimônio histórico e social, assegurar a segurança de seus funcionários também.

Sobre a segurança das obras, com o acondicionamento que tem sido realizado na exposição de longa duração, teme-se por sua integridade, pois estão amplamente sujeitas a ação de agentes biológicos, químicos e físicos, sobretudo quanto ao acervo têxtil.

As janelas abertas (e a falta de circulação de ar com elas fechadas) são um problema sério para a salvaguarda do acervo.

Ainda sobre o acervo, a falta de uma documentação eficiente de acervo é também um fator prejudicial à sua segurança.

Uma relação atualizada dos objetos, seus lugares em exposição ou na reserva técnica, pode-se ter conhecimento mais rápido de um eventual extravio físico, bem como assegurar as informações associadas ao objeto, fundamentais para que ele exerça sua função de documento na instituição.

Acessibilidade

Atualmente não há praticamente acessibilidade no museu. Não há pisos táteis na praça, não há legendas em braile, não há obras e peças táteis, apesar disso há monitores que realizam mediação das exposições.

O espaço prevê uma melhora significativa em sua acessibilidade, através da instalação do elevador que possibilitará acesso ao segundo pavimento para visitantes com mobilidade reduzida.

Equipe técnica

Apesar de a gestão possuir um bom conhecimento técnico, teórico e prático, acerca de museus, a instituição trabalha com uma equipe reduzida, o que os impossibilita de elaborarem de forma eficiente atividades de extroversão, de pesquisa e de conservação de acervos.

A equipe reduzida do museu dificulta os processos administrativos internos grandemente, pois há a prioridade de se atender ao público em detrimento da pesquisa e documentação do acervo.

Não é adequado que as ações administrativas e técnicas sejam realizadas pela mesma pessoa, como em uma empresa um museu deve ter seus departamentos delimitados, para que as ações consigam ser realizadas conjuntamente, ou seja, para que se possa administrar a instituição, receber visitantes, e fazer a pesquisa de acervo.

Idealmente, seria importante que houvesse um historiador, sendo este um museu com um acervo, sobretudo histórico, para trabalhar com pesquisa do acervo e de exposição. Seria importante, também, a atuação de um museólogo para trabalhar com a documentação e conservação preventiva do acervo. E de um educador para possibilitar ações educativas, mesmo que realizadas extramuros.

Ações realizadas

Devido ao tamanho da equipe reduzida o museu não realiza ações extramuros, tampouco ações educativas.

Há, contudo, as já comentadas exposições temporárias.

Centro Cultural André Carneiro

Sobre o espaço

Estado de conservação ruim.

É composto por um salão expositivo e uma sala administrativa e de suporte.

Há problemas estruturais e arquitetônicos.

O primeiro problema encontrado é relativo a própria construção do espaço. Sendo este um espaço expositivo, previsto para abrigar mostras temporárias de artes visuais, a quantidade de janelas e a incidência de luz são inadequados ao acondicionamento e exposição de obras. Como se é de conhecimento geral, a radiação ultravioleta provoca a degradação do material causando o desbotamento irreversível em elementos sensíveis a luz. Apesar das obras não permanecerem expostas por longos períodos, o ideal seria um controle de luminosidade, de temperatura e de umidade, para preservar os acervos expostos.

O segundo problema, relatado durante entrevista, é a presença de infiltrações. Assim como a iluminação inadequada, o excesso de umidade é extremamente prejudicial à exposição de acervos.

Agravado ao fator da infiltração há diversos pontos onde ocorre o vazamento de água. Segundo informado, os problemas podem ser referentes à constituição inadequada da queda do telhado ou problemas com a calha.

Sobre o Acervo

O espaço não conta com acervos próprios, recebendo mostras externas, por vezes oriundas de editais para a utilização do espaço.

Conforme comentado em outros pontos desse estudo, o ambiente é um dos principais agentes de deterioração de bens culturais. Os efeitos produzidos pela luz, pela temperatura, pela umidade e pela contaminação atmosférica, isoladamente ou conjugados, estão sistematicamente identificados como agentes de deterioração, sobretudo dos materiais orgânicos, como o papel.

Assim, idealmente, acervos sensíveis não deveriam ser expostos nesse espaço enquanto não houver uma resolução definitiva para a situação.

- **Exposições**

Apesar de não haver uma exposição quando da visita realizada, uma informação dos funcionários foi de extrema importância acerca da administração, organização, planejamento e comunicação entre os setores sobre o assunto.

Há algum ruído comunicacional que evita que os funcionários que trabalham no espaço possuam conhecimento das exposições que serão instaladas no setor. Não há o recebimento de um cronograma de exposições ou do planejamento semestral/anual para a utilização do espaço.

Ainda pela falta de informações, os funcionários não possuem um tempo hábil para pesquisar sobre a exposição que será montada e pensar em estratégias de mediação sobre o tema.

Esse problema afeta a comunicação com o público, que caso visite o espaço não terá conhecimento das mostras que serão apresentadas pelo espaço. Afeta a organização interna do setor, que fica impossibilitado de realizar preparações pertinentes ao processo de montagem da exposição.

Segurança

Houve o relato de um problema com chaves. O acesso de muitas pessoas ao espaço, e a falta de controle dos funcionários sobre quem entra e quem sai do espaço.

É uma questão que afeta diretamente a segurança dos funcionários e do acervo.

O acervo exposto corre o risco de extravio, sem um controle rígido de acesso ao espaço em horários em que os funcionários do setor não estejam presentes. Há o agravante de que o acervo é recebido de outras instituições e/ou pessoas, e que a prefeitura e a secretaria de cultura, ao aceitarem expor esses acervos respondem legalmente por qualquer eventual dano que ocorra a ele. Seria interessante, para evitar problemas para a Secretaria, que esse problema fosse solucionado.

Há, também, como comentado os problemas de controle ambiental, que colocam qualquer acervo que conste no espaço em risco.

Acessibilidade

O espaço é amplo, e possui uma boa acessibilidade para quem tem mobilidade reduzida. Não há, contudo, pisos táteis que indiquem o caminho até o Centro Cultural. Sobre a acessibilidade nas exposições, este estudo não poderá se aprofundar, pois no dia da visita não havia nenhuma mostra no local.

Equipe técnica

O espaço conta com 4 funcionárias de carreira, sendo apenas uma delas técnica na área.

Conforme conversado em entrevista não há entre elas uma divisão de funções ou cargos, e todas atuam em todas as demandas do espaço, o que do ponto de vista funcional, não é recomendado.

Acredita-se, que pelo tamanho do espaço, pela demanda de público, pela demanda de trabalho, que duas funcionárias, uma técnica e uma administrativa, seriam suficientes para suprir as necessidades do Centro Cultural.

Ações realizadas

O espaço possui um enorme potencial para o desenvolvimento de ações educativas relativas às artes visuais, de ações conjuntas com outras instituições e de acolhimento ao turista, por sua localização privilegiada. Não há, porém, uma infraestrutura de apoio para a realização de atividades educativas.

Tampouco há um treinamento da equipe técnica para realizar o acolhimento do turista.

As funcionárias informaram que há uma enorme demanda sobre informações turísticas no local, e que, dentro do possível, tentam atendê-las.

Outras informações

Durante a visita tomamos conhecimento de um espaço praticamente anexo ao Centro Cultural André Carneiro.

Trata-se de um salão com barras para dança e espelhos, com uma infraestrutura muito interessante, mas em péssimo estado de conservação, tendo-se em vista que há a desintegração de um pedaço do forro e que a presença de infiltração e vazamentos no espaço é determinante para a sua subutilização no momento. Segundo informado, os vazamentos são provenientes do pavimento superior, onde se encontra a lanchonete da Mater Dei Cam.

Apesar do enorme potencial para a utilização do espaço, atualmente ocorre, apenas, uma vez por semana oficinas de capoeira.

Biblioteca Municipal II (Biblioteca da praça da AMADA)

Sobre o espaço

Estado de conservação péssimo⁴.

Há uma sala para acondicionamento e organização dos livros, uma sala de informática e pesquisa, dois banheiros e uma copa.

Apesar de haver uma quantidade suficiente de prateleiras de aço galvanizado para o acondicionamento do acervo, a questão estrutural inutiliza parte do espaço.

Há uma presença significativa de infiltrações e vazamentos em todos os espaços da biblioteca. As prateleiras foram desencostadas das paredes e os livros cobertos com plástico para protegê-los dos vazamentos.

A sala de informática está subutilizada, por apenas cinco dos dez computadores estão em funcionamento. Além disso, conforme informado pelos funcionários, as restrições de acesso impostas a rede, precariza a utilização do espaço, pois os usuários não conseguem sequer acessar *sites* governamentais.

Sobre o Acervo

- **Acondicionamento**

Assim como ocorre para bens museológicos, acervos de bibliotecas são extremamente sensíveis a condições ambientais, sendo a umidade um dos principais vilões do acervo, juntamente com os agentes biológicos. É um descaso que haja uma biblioteca com a quantidade de vazamentos de água e de infiltrações como ocorre nessa unidade. Conforme informado em entrevista, diversos itens de acervo passaram por processos de descarte por terem se tornado inutilizáveis devido as condições do espaço.

- **Documentação**

Quando questionados sobre os sistemas de indexação utilizados para a documentação e catalogação do acervo biblioteconômico, foi informado que este ocorre de forma manual, através de máquinas de escrever, e os funcionários não possuem um computador para realizar as rotinas de gerenciamento de acervos.

Considerando que há softwares livres amplamente utilizados por bibliotecas no Brasil e no mundo, como o *biblivre*, que possibilita a catalogação e a difusão de acervos de bibliotecas,

⁴ Segundo informações recebidas posteriormente, no dia 10 de março houve o início da reforma na biblioteca. Apesar disso, esse relatório traz informações acerca da visita realizada dia 5 de março.

utilizando padrões internacionais de biblioteconomia, possibilita, também a comunicação em rede de acervos, é complicado pensar que o acervo ainda seja inventariado e controlado apenas manualmente.

A digitalização do acervo, além de ser um benefício para o usuário e de agilizar os processos organizacionais, possibilita um segundo registro, que atua de forma mais eficiente para assegurar e recuperar informações.

A utilização de um software como esse, seria também, uma forma de centralizar os acervos de todas as bibliotecas em uma única plataforma, podendo haver consultas da disponibilidade de livros no Centro e na AMADA, independente de em qual unidade o usuário se encontre.

Ainda sobre a gestão de acervos, a questão da aquisição, conforme informações obtidas durante a visita se restringe a doações realizadas esporadicamente pela comunidade. Muitas vezes de livros repetidos ou desinteressantes ao acervo, como livros didáticos e apostilas. Há, dessa forma, poucos lançamentos, o que afeta diretamente o interesse do usuário e sua relação com a biblioteca. Seria interessante que houvesse, por parte da secretaria, uma destinação de verbas para aquisições.

Segurança

Foi comentado pela equipe que um dos maiores problemas de segurança do espaço diz respeito aos moradores de rua e usuários de drogas que ficam no anfiteatro da praça da AMADA.

Outro problema de segurança, conforme já comentado, diz respeito ao acervo, tanto em relação ao acondicionamento, quanto em relação a documentação.

Acessibilidade

O espaço amplo possui rampas de acesso, contudo, sem guarda-corpo. Os corredores entre as estantes, originalmente organizados de forma a facilitar o acesso de usuários com mobilidade reduzida, foram, devido as, já mencionadas, questões estruturais movidos e reestruturados, reduzindo assim a acessibilidade do espaço.

Equipe técnica

O espaço conta com uma equipe de funcionários multidisciplinar, incluindo, uma turismóloga e como previsto em lei, um bibliotecário.

O principal problema em relação à equipe é a falta de motivação para se especializar, pois confrontando a realidade de outras bibliotecas com a de Atibaia, workshops e atualizações são inaplicáveis nas condições de trabalho providas aos funcionários, que ainda utilizam máquina de escrever.

Outra questão ressaltada pela equipe é sobre a falta de informação das ações organizadas na associação de moradores, muitas vezes os usuários pedem informações sobre horário de funcionamento e atividades realizadas no espaço e eles não conseguem responder por não terem esse conhecimento.

Ações realizadas

Comentou-se que houve, em outros momentos, oficinas de leitura e outras atividades, mas que por, diferentemente da biblioteca do centro, não haver um espaço para ações educativas e/ou um espaço infanto-juvenil, esse tipo de ação acabou sendo interrompida.

Museu de História Natural Professor Antônio Pergola

Sobre o espaço

No espaço que abriga o museu de história natural existem quatro salas utilizadas para exposições de longa duração e um espaço anexo utilizado como laboratório.

O estado de conservação desses espaços é ruim.

Há problemas de infiltração e vazamentos, inclusive nas canaletas das lâmpadas.

Não há reserva técnica, estando praticamente todo o acervo em exposição, não há espaço para acolhimento de público.

Durante a visita nos foi comunicado que o museu funciona através de uma parceria: a prefeitura é responsável pelo espaço e pelos funcionários, enquanto a família Pêrgola é responsável pelo acervo.

Sobre o Acervo

Diferentemente do acervo do Museu Municipal João Batista Conti, o do Museu de História Natural não é público, é particular.

- **Acondicionamento**

Não há reserva técnica, ou espaço para o acondicionamento de peças que não estejam em exposição.

Não há controle ambiental em nenhum espaço do museu, estando o acervo exposto a alterações de temperatura e umidade. Essa última especialmente, pois há um grande número de pontos de infiltração e vazamento.

- **Documentação**

Não há política de acervos, sendo as aquisições e descartes organizados pelo dono do acervo.

Não há Plano Museológico.

O acervo inteiro está registrado, e a maior parte das informações está disponível aos visitantes através de legendas.

Segurança

O espaço por questões estruturais tem riscos de problemas elétricos e até mesmo de incêndio, observando-se que há infiltrações e vazamentos atingindo áreas onde há instalações elétricas, trazendo risco para a equipe, acervo e visitantes.

Foi-nos relatado, durante a visita, de um caso de objeto furtado da vitrine expositiva durante visitação.

Há, também, o relato de má utilização das peças, causando danos permanentes a espécimes.

Acessibilidade

O espaço possui corredores estreitos, portas estreitas e não é propício para a circulação de pessoas com baixa mobilidade.

Não há piso tátil indicando o caminho do museu no parque, não há legendas em braile.

Equipe técnica

A equipe do espaço é constituída por quatro pessoas, sendo apenas um técnico na área (biólogo).

Devido às mudanças do quadro funcional do espaço, não há uma política de treinamento dos funcionários para prestarem informações e realizarem mediação junto aos visitantes. Segundo relatado, originalmente havia esse cuidado, mas as mudanças eram constantes e passou a demandar muito tempo esse treinamento.

Ações realizadas

O Museu eventualmente apresenta seu acervo em congressos e eventos.

Contudo não são realizadas ações educativas, apesar de haver vontade por parte da administração.

Considerações Finais

Nesse estudo, em diversos momentos, foi abordada a questão de não haver um controle ambiental adequado para o acervo. Sobre esse assunto, deve-se compreender que as condições atmosféricas inadequadas podem acelerar os processos de degradação e perda dos materiais (FELLER, 1994).

O principal objetivo do controle ambiental é retardar o processo natural de envelhecimento e degradação de acervos, prolongando sua vida útil como objeto detentor de signos representativos.

Para Toledo (2010)

A prevenção de riscos e danos é mais abrangente e eficaz se feita no âmbito do edifício. O edifício que abriga a coleção pode se tornar um risco à sua integridade pois, ao mesmo tempo que protege as coleções museológicas das intempéries, suas salas de exposição e guarda podem trazer riscos às coleções quando apresentam infiltrações de água, risco de incêndios, vulnerabilidade a roubos, e outros sinistros. (p.3)

A conservação preventiva não é apenas um método eficiente para contribuir com a salvaguarda do acervo, é também um método muito mais econômico do que uma restauração, por exemplo, realizada quando o material já está degradado ou descaracterizado. Ela consiste, sobretudo, em um investimento, e não em uma despesa.

No mesmo sentido, apresentaram-se, também, algumas ponderações sobre a constituição arquitetônica de espaços expositivos construídos para esse fim. Diferentemente de prédios que possuem outra função original e são posteriormente readequados e tornam-se espaços expositivos, a construção de espaços específicos, permitiria um planejamento inteiramente voltado para abarcar as demandas e cuidados de um espaço como esse.

Atualmente, quando se pensa em espaços culturais, outras questões além das estéticas devem ser consideradas em projetos arquitetônicos. Há a preocupação com a conservação do acervo, do desconforto humano e da interferência do edifício no meio ambiente.

A importância dessa questão para os órgãos de administração pública, é caracterizada pelo fato de que “tudo que é musealizado ⁵,é patrimonializado ” (DESVALLÉES, MAIRESSE 2011, p.254, tradução e grifo nosso). Ou seja, um objeto-documento ao ser institucionalizado passa, automaticamente, a constituir-se um patrimônio cultural.

Assim, conforme versam diferentes dispositivos legais⁶ presentes na constituição federal, o Poder Público, com a colaboração da comunidade, deve promover e proteger o patrimônio cultural.

⁵ a musealização consiste em um conjunto de processos seletivos de caráter info-comunicacional baseados na agregação de valores a coisas de diferentes naturezas às quais é atribuída a função de documento, e que por esse motivo tornam-se objeto de preservação e divulgação. Tais processos, que têm no museu seu caso privilegiado, exprimem na prática a crença na possibilidade de constituição de uma síntese a partir da seleção, ordenação e classificação de elementos que, reunidos em um sistema coerente, representarão uma realidade necessariamente maior e mais complexa (Loureiro 2011, 2-3).

⁶ Conforme pode ser consultado na publicação “Legislação sobre Patrimônio Cultural”, que abrange o conjunto das normas existentes até 2010 sobre o tema. Disponível em https://www.mpma.mp.br/arquivos/COCOM/arquivos/centros_de_apoio/cao_meio_ambiente/manuais/Noticia5575A4733.pdf

Ainda no sentido legal, alguns espaços culturais possuem legislação que os abrange especificamente, no presente estudo salienta-se os museus e as bibliotecas.

Os primeiros são amparados por uma série de legislações. Dentre as principais ressalta-se a regulamentação da profissão do museólogo, especificada na lei nº 7.287, de 18 de dezembro de 1984 e o Estatuto de Museus, lei 11.904 de 14 de janeiro de 2009.

Para os segundos destacam-se as leis Nº 4.084 de 30 de junho de 1962, que dispõe sobre a profissão de bibliotecário e Lei nº 9.675 de 25 de junho de 1998 que dispõe sobre o exercício da profissão de Bibliotecário e determina outras providências.

Recomenda-se a leitura e análise desses documentos, para compreender-se que estes espaços possuem especificações técnicas para sua manutenção, criação e sustentabilidade.

Comenta-se, também, nesse estudo sobre a importância de uma documentação de acervos eficiente. Ainda orientada por uma visão museológica, reconhece-se a necessidade de haver uma boa documentação pois

Não há como desenvolver nenhum trabalho nos museus se a documentação do acervo e sua pesquisa não estiverem atualizadas e consolidadas, pois delas emanam as linhas programáticas de exposições, ação educativa, publicações, intercâmbios, dentre outras possíveis frentes de atuação do museu. São elas que podem assegurar o estabelecimento de uma política de acervo que determinará o que ingressar nos referidos acervos e quais critérios serão seguidos em caso de descarte (BOTALLO, 2010)

Juntamente com o Plano Museológico⁷, a Política de Acervos é um dos documentos administrativos primordiais para uma boa gestão de coleções.

A documentação eficiente, é também, claro, uma demanda das bibliotecas, “esses espaços, como unidades organizacionais vivas, recebem interferência diária em seus processos de trabalho, o que torna imprescindível a adequação de suas estruturas organizacionais e de prestação de serviços à então propalada sociedade da informação”.

No que tange o gerenciamento de acervos bibliográficos e de produtos e serviços informacionais segundo Davenport (1998), constituem-se de um conjunto estruturado de atividades que incluem o modo como as instituições produzem, obtêm, distribuem e usam a informação e o conhecimento, tendo nos recursos tecnológicos o instrumento facilitador deste processo.

A falta de mecanismos para um gerenciamento atualizado dos acervos de uma biblioteca interfere diretamente em sua relação com os usuários.

Outra questão que foi abordada superficialmente ao longo do estudo, mas merece uma atenção específica nessas considerações, diz respeito à falta de ações educativas realizadas pelos espaços.

Todos os espaços estudados possuem uma potencialidade para, seja através de seus acervos, seja através de exposições temporárias, executarem esse tipo de atividade.

Para o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, a

⁷ Exigência legal instituída pelo Estatuto de Museus.

Educação Patrimonial constitui-se de todos os processos educativos formais e não formais que têm como foco o patrimônio cultural, apropriado socialmente como recurso para a compreensão sócio-histórica das referências culturais em todas as suas manifestações, a fim de colaborar para seu reconhecimento, sua valorização e preservação. (2014)

Nesse sentido, vale considerar que um museu e seu acervo são sempre ferramentas para a educação patrimonial.

A partir da experiência e do contato direto com as evidências e manifestações da cultura, em todos os seus múltiplos aspectos, sentidos e significados, o trabalho da Educação Patrimonial busca levar as crianças e adultos a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural, capacitando-os para um melhor usufruto destes bens, e propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos, num processo contínuo de criação cultural. (HORTA, 2003, p.6)

Ações educativas são, também, importantes ferramentas de museus e espaços culturais para atrair visitantes e envolvê-los com o patrimônio. Essas ações proporcionam a percepção de que são locais de cultura, mas também de grande ludicidade.

Nos dois museus houve o relato de casos de furtos de acervos realizados por visitantes. E como comentado anteriormente a sociedade também possui o dever de preservar o patrimônio cultural.

Assim, ações educativas possibilitam uma maior interação e apropriação da comunidade dos bens culturais. Quando as pessoas reconhecem que acervos e bens fazem parte da sua história e memória social, quando se tornam partícipes ativos das interações com espaços culturais, tendem a exercer ações protetivas e não degradações. Cabe aqui lembrar a frase de Aloísio Magalhães “só se preserva aquilo que se ama, só se ama aquilo que se conhece”.

Nesse mesmo sentido, deve-se pensar sobre a representatividade que a expografia dos espaços museológicos da cidade na sociedade atual.

Os processos expositivos devem pautar-se na aproximação entre exposição e público, tendo o público como referência. Para Cury (2005) isso significa que tanto os temas e assuntos escolhidos para serem abordados quanto a elaboração do discurso expositivo deveriam se orientar a partir do cotidiano dos visitantes. Idealmente deve ser almejar uma exposição que, contextualizando, estabeleça vínculos entre culturas, entre grupos e entre pessoas de culturas diferentes. Pois, somente através de vínculos que se estabelece uma relação dialógica entre o museu e os visitantes.

Pensando, ainda, sobre a aproximação dos visitantes aos espaços culturais, esse estudo observou uma acessibilidade muito restrita dos espaços a PCDs. Acessibilidade e inclusão além de serem garantidas pela Constituição Federal, pela lei nº 10.098 de 19 de dezembro de 2000 e pelo decreto nº 5296 de 2 de dezembro de 2004, são mais uma forma de ampliar a apropriação de bens culturais e patrimoniais pela sociedade.

Antes de encerrar essas considerações, há uma situação que não foi abordada diretamente em nenhum ponto específico, mas que ao mesmo tempo permeia todas as observações relatadas. Trata-se de uma resposta unânime de todos os espaços visitados: nenhum se sente representado pela Secretaria de Cultura.

O intuito desse questionamento aos funcionários foi o de colaborar com a Secretaria de Cultura. Considera-se esse tipo de resposta como uma oportunidade para realizar um diagnóstico cultural, colher demandas, analisar a situação dos mecanismos culturais da cidade, traçar um Plano de Cultura consciente dos problemas estruturais, administrativos e técnicos.

Esse estudo, como um todo, buscou, ao realizar uma visita de campo, compilar questões técnicas e contribuir com algumas informações acerca da área museológica e patrimonial, na expectativa de proporcionar ferramentas para ampliar e qualificar o acesso da comunidade aos seus bens.

Possibilitando a preservação da vida institucional desses mesmos bens pelo maior tempo possível. A cidade possui 354 anos, uma história calcada na diversidade cultural, diversos espaços culturais com um enorme potencial comunicacional, acervos significativos social e cientificamente. Cabe à sociedade, em parceria com a Secretaria e seus departamentos, fazê-los cumprir sua função social.

Referências Bibliográficas

BOTTALLO, Marilúcia. Diretrizes em Documentação Museológica. In: Documentação e Conservação de Acervos Museológicos: Diretrizes. São Paulo: Governo de São Paulo; ACAM Portinari, 2010. p.48-79.

BRASIL. Lei n.º 11.906, de 20 de janeiro de 2009. Cria o Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM. Diário Oficial da República Federativa, Brasília, DF, 21 jan. 2009b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11904.html. Acesso em: 12 de mar de 2020

CURY, Marília Xavier. Comunicação museológica – Uma perspectiva teórica e metodológica de recepção. 2005. 366 p. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

DESVALLÉES, André; MAIRESSE, François; SOARES, Bruno Brulon; CURY, Marília Xavier. Conceitos-chave de Museologia. [S.l: s.n.], 2013.

FELLER, Robert. Accelerated Aging Photochemical and Thermal Aspects. Los Angeles: The J. Paul Getty Trust, 1994. Disponível em: http://www.getty.edu/conservation/publications_ . Acesso em 10 de mar de 2020

HORTA, M. L. P., GRUNBERG, E., MONTEIRO, A. Q. Guia Básico de Educação Patrimonial. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Museu Imperial, 1999.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). Educação patrimonial: histórico, conceitos e processos. Brasília, DF. Iphan, 2014

TOLEDO, Franciza. Riscos ao Patrimônio Cultural: Avaliação, Prevenção e Salvaguarda. Museu Histórico Nacional, 2010.